

Diálogo Social para a Formalização

Ministério do Trabalho e Emprego

Brasil

Setembro de 2014

Diálogo Social para a Formalização

Roteiro:

- Posição do Brasil entre as economias em desenvolvimento
- Evolução da informalidade no Brasil
- Políticas de governo com impacto na informalidade
- Desafios
- Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados – PLANCITE
- Sugestões para orientação de políticas

Diálogo Social para a Formalização

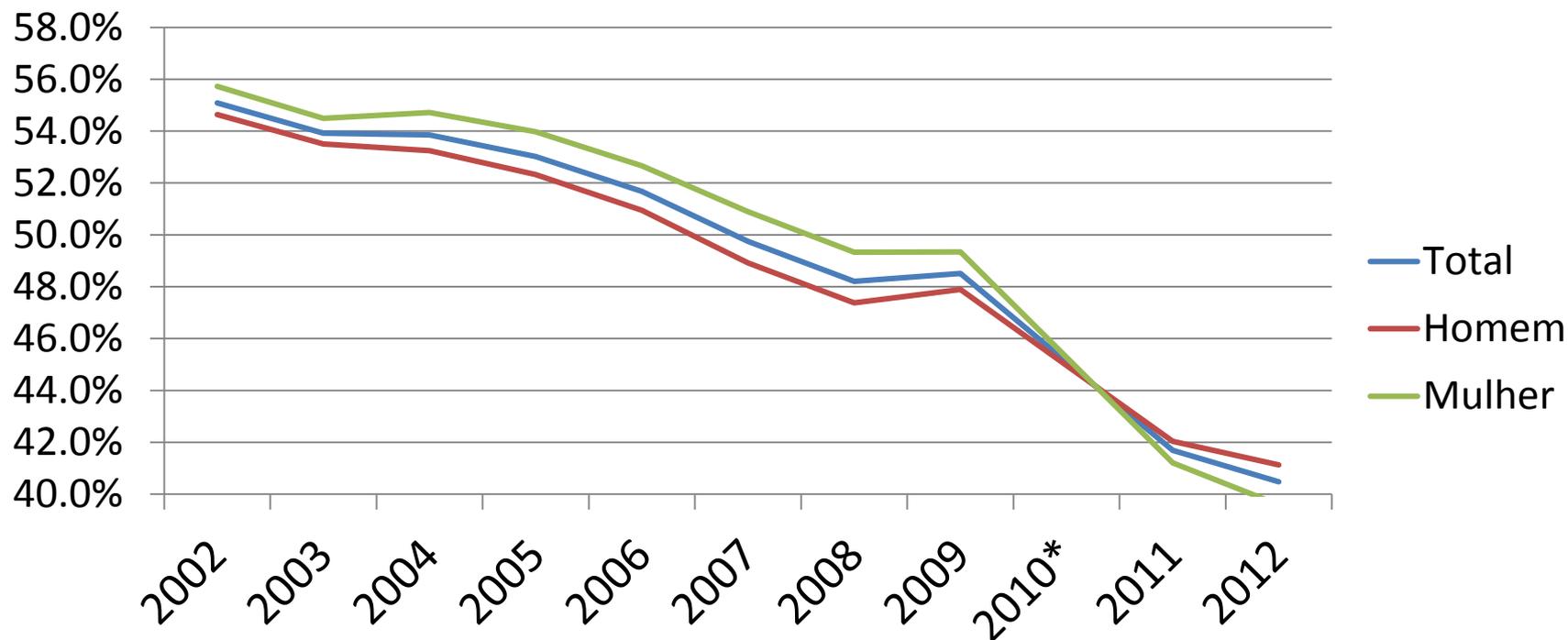
O Brasil no contexto do trabalho informal mundial.

Fonte: Atualização estatística sobre o trabalho na economia informal. OIT - Departamento de Estatística, junho de 2011.

País, Ano	Trabalho informal, exceto agricultura (%)
Brazil (2009)	42.2
Panama (2009 August)	43.8
Costa Rica (2009 July)	43.8
Dominican Republic	48.5
Argentina (2009 IV Qtr)	49.7
Mexico (2009 II Qtr)	53.7
Colombia (2010 II Qtr)	59.6
Ecuador (2009 IV Qtr)	60.9
Nicaragua (2009)	65.7
El Salvador (2009)	66.4
Paraguay (2009)	70.7
Honduras (2009)	73.9
Bolivia (2006)	75.1

Diálogo Social para a Formalização

Taxa de informalidade no Brasil, por gênero, 2002 - 2012



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE

* Em 2010 não foi realizada a PNAD por ser ano de censo. Os valores foram obtidos por interpolação simples.

Diálogo Social para a Formalização

Sete áreas importantes, identificadas pela OIT, para políticas de trabalho decente na abordagem da economia informal:

TRANSIÇÃO PARA A
FORMALIDADE

- estratégias de crescimento e de geração de emprego de qualidade;
- ambiente regulatório, incluindo a aplicação de normas internacionais do trabalho e os direitos fundamentais;
- organização, representação e diálogo social;
- promoção da igualdade: jovens, mulheres, população negra, PCD, imigrantes;
- empreendedorismo, habilidades, finanças, gestão e acesso a mercados;
- extensão da proteção social; e
- estratégias de desenvolvimento local (urbana e rural).

ESTRATÉGIA INTEGRADA

Diálogo Social para a Formalização

Algumas políticas nacionais relacionadas com o combate à informalidade (Legislação):

- **Lei Complementar 123/2006** – Estatuto Nacional da Micro e Pequena Empresa
- **Lei Complementar nº 128/2008** – Microempreendedor Individual - MEI;
- **Portaria Interministerial 02/2011** – Cria Cadastro de Empregadores Infratores - “Lista Suja”;
- **Lei 12.690/2012** – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP;
- **Lei 12.546/2011 e Lei nº 12.844/2013** – Desoneração da folha de pagamento;
- **Emenda Constitucional Nº 72/2013** – Estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais;
- **Decreto 7.943/2013** – Institui a Política Nacional para os Trabalhadores Rurais Empregados;

Diálogo Social para a Formalização

- **Desafios**

- Conhecer mais para intervir melhor
- Adequar a legislação e ampliar sua abrangência
- Utilizar o diálogo social na elaboração e implementação de políticas de integração
- Garantir a sustentabilidade da redução da informalidade

Diálogo Social para a Formalização

Em maio de 2014 o Ministério do Trabalho e Emprego lançou o Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados – PLANCITE, com os seguintes fundamentos:

1. Diagnóstico
 - Mapeamento preciso;
2. Informação
 - Campanha de esclarecimento e orientação;
 - Parcerias - Governo e outras instituições;
3. Intervenção
 - Fiscalização planejada e coordenada, com procedimento simultâneo em todo Brasil;
 - sensação de presença da fiscalização;

Diálogo Social para a Formalização

PLANCITE: Fundamentos:

5. Monitoramento

Medição da efetividade da ação da inspeção;

6. Desdobramentos

Consequências da irregularidade reiterada, conforme previsão legal.

Diálogo Social para a Formalização

Principais medidas do PLANCITE:

1. **FISCALIZAÇÃO** - Direcionar as ações fiscais para os setores e regiões com maior índice de informalidade;
2. **ORIENTAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL;**
3. **CONSEQUÊNCIAS** - empregado sem registro de forma reiterada:
 - a) **EXCLUSÃO** do Simples Nacional, prevista na Lei Complementar 123/2006;
 - b) **EXCLUSÃO** da participação em licitações – Lei 8.666/1989;
 - c) **EXCLUSÃO** financiamentos com recursos públicos.

Diálogo Social para a Formalização

Sugestões de estratégias - facilitar a transição da economia informal para a formal (considerada a realidade de cada país):

- Reconhecer que a **informalidade causa**, entre outros problemas, déficit de trabalho decente e concorrência desleal no mercado de trabalho.
- **Mapeamento** da informalidade;
- Implementação de **políticas integradas**;
- Valorização das formas de **proteção social vinculadas à formalidade** segundo sua natureza (ocupacional ou não) e sua forma de financiamento (contributiva ou não);
- Adequação dos **custos da formalização** segundo a capacidade contributiva de cada ator social;

Diálogo Social para a Formalização

Sugestões de estratégias :

Estimular o fortalecimento da
INSPEÇÃO DO TRABALHO

Obrigado

Maurício Gasparino da Silva

Secretaria de Inspeção do Trabalho

Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil

mauricio.gasparino@mte.gov.br